

Governo completa pacote esta semana

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O governo deverá encaminhar esta semana ao Congresso a outra parte do ajuste fiscal, que está sendo detalhada em regime de urgência pela Receita Federal. Serão projetos de lei propondo alterações no Imposto de Renda das pessoas jurídicas, medidas que inibem a evasão de tributos e uma proposta de rolagem das dívidas dos Estados e municípios.

Somente com o detalhamento dos projetos será possível ao Congresso avançar na discussão das 76 alterações de dispositivos constitucionais, já encaminhadas pelo governo, admitem parlamentares que fazem parte da comissão especial da Câmara que estuda o ajuste.

Entre as medidas mais polêmicas em estudo está o fim ou

redução dos chamados salários indiretos (fringe benefits), representados pelos gastos com transporte, cartão de crédito, aluguéis de casas e serviços médicos, usados por executivos das empresas e que são computados como gastos passíveis de desconto do lucro, antes da tributação do IR.

Medida amarga — Os salários indiretos são considerados pela Receita Federal como "evasão legal" de tributo, porque não ferem nenhuma lei em vigor, mas representam grande fonte de redução da arrecadação tributária. A Receita tentou eliminar esta válvula de escape e não conseguiu.

Outra medida amarga para as empresas será a criação do IR na fonte para as aplicações financeiras. Hoje as pessoas físicas pagam alíquota 30% de IR na fonte sobre os ganhos

obtidos com aplicações, enquanto as empresas só pagam por ocasião da declaração anual de IR. A ideia da Receita Federal essa é propor a alíquota de 30% de IR na fonte também para os ganhos financeiros das empresas.

O governo proporá, ainda, uma fórmula para a renegociação das dívidas de US\$ 57,1 bilhões que os Estados e municípios mantêm com a União. Os governadores apresentaram uma proposta ao Ministério da Fazenda que prevê o refinanciamento, em separado, das dívidas mobiliária e as dos setores de energia elétrica e saneamento básico. Querem também diminuir de 11% para 7% o limite de comprometimento de suas receitas líquidas com a rolagem das dívidas. Essa proposta foi considerada como inaceitável pelo governo.